



Esta obra possui uma Licença

Submissão: 22/09/2022 | Aprovação: 15/03/2023

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/11001>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v17i29.11001>

Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 17 | N. 29 | Jul-Dez, 2023, pp. 177-199



## SEXO X GÊNERO: APONTAMENTOS SOBRE A (RE) PRODUÇÃO DA NATUREZA

*SEX X GENDER: WRITINGS ON THE (RE) PRODUCTION OF NATURE*

Patrick de Almeida Trindade BRAGA 

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho faz uma análise arqueológica e genealógica da noção de gênero, partindo de seu surgimento como categoria analítica nas ciências humanas, derivada de trabalhos na área da biomedicina que o preconizavam como a versão cultural do sexo, até o presente, onde perspectivas pós-estruturalistas, decoloniais e queer, buscam desontologizar o termo, demonstrando como o binarismo natureza x cultura é reinscrito sob a lógica sexo x gênero, sendo epistemologicamente insustentável e eticamente condenável. Para tal, faz-se uma revisão bibliográfica dos enunciados do sistema sexo-gênero de Gayle Rubin e suas variações em Joan Scott, bem como nas teorias biomédicas, sobretudo de John Money, contrastando-as com propostas de desontologizar este sistema, encontradas em autores/as como Paul B. Preciado, Judith Butler e Donna Haraway. Por fim, defende um novo paradigma para pensar as tensões entre sexo e gênero, no qual a natureza é pensada como um tecnoproduto cultural.

**Palavras-chave:** Desontologizar. descolonizar. sistema sexo-gênero. discurso biomédico. teoria queer.

**Abstract:** This paper brings an archaeological and genealogical analysis on the idea of gender, starting on its emergence as an analytical category on human sciences, derived from works in the field of biomedicine which advocated it as the cultural version of sex, until the present, when post-structuralist, decolonial and queer perspectives attempt to de-ontologise the term, demonstrating how the nature x culture binarism is reinscribed under the sex x gender logic, being, thus, epistemologically unsustainable and ethically reprehensible. In order to do that, a bibliographical review of the statements of the sex-gender system by Gayle Rubin and its variations in Joan Scott, as well as in biomedical theories, especially by John Money, is carried out, contrasting them to proposals which attempt to de-ontologise such system, found in authors such as Paul B. Preciado, Judith Butler and Donna Haraway. Finally, it defends a new paradigm for thinking the tensions between sex and gender, in which nature is thought of as a technocultural product.

**Keywords:** De-ontologise. decolonise. sex-gender system. biomedical discourse. queer theory..

<sup>1</sup> Mestrando em sociologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (PPGS/UFGD). *E-mail:* [patrick.braga006@academico.ufgd.edu.br](mailto:patrick.braga006@academico.ufgd.edu.br)

## INTRODUÇÃO

O termo gênero era de uso, a princípio, restrito às gramáticas, de modo que era considerado que “seu uso para falar de pessoas ou criaturas do gênero masculino ou feminino, com o significado de sexo masculino ou feminino, constitui uma brincadeira (permissível ou não, dependendo do contexto) ou um equívoco” (Fowler apud. Scott, 1995, p. 71). Embora o trabalho *O tráfico de mulheres: Notas sobre a economia política do sexo* da antropóloga Gayle Rubin seja comumente tratado como o primeiro trabalho nas ciências humanas a se valer de gênero como uma categoria analítica para os estudos feministas, de fato o que Rubin faz é dar um nome a um fenômeno que já vinha sendo descrito por outras autoras anteriores a ela, mais notadamente Simone de Beauvoir (1967), segundo quem não se nasceria mulher, mas se o tornaria.

Ademais, considerando a supramencionada descrição do termo gênero feita pelo dicionário de inglês moderno da universidade de Oxford de 1940, parece-me que o que Rubin fez foi se apropriar de um termo que já era minimamente utilizado em contextos anteriores ao seu trabalho com o objetivo de diferenciar masculinidades e feminilidades. Em seu trabalho sobre gênero como uma categoria de análise histórica, Joan Scott (1995, p. 72) chega a apontar que “através dos séculos, as pessoas utilizaram de modo figurado os termos gramaticais para evocar os traços de caráter ou os traços sexuais”. Ressaltando, entretanto, a relevância do trabalho de Rubin, a mesma Joan Scott (1995, p. 85) também afirma que “a preocupação teórica com o gênero como uma categoria analítica só emergiu no fim do século XX. Ela está ausente das principais abordagens de teoria social formuladas desde o século XVIII até o começo do século XX”. Além disso, como apontarei mais à frente, o termo gênero como uma categoria cultural oposta à pretensa natureza do sexo foi cunhado dentro do discurso biomédico, por profissionais como John Money e Robert Stoller (Preciado, 2006, 2014, 2018; Haraway, 2004). Não obstante a pré-existência do termo, foi o trabalho de Rubin que imediatamente popularizou a noção de gênero dentro das ciências humanas e potencializou os contradiscursos feministas na tentativa de desnaturalizar os papéis de subalternidade aos quais se relegavam as mulheres brancas e ocidentais no pós-guerra.

Seu sistema de sexo-gênero surge, portanto, para nomear um fenômeno já previamente descrito por outras feministas, que tratavam as observáveis diferenças sociais entre homens e mulheres na sociedade ocidental como sendo construídas por meio das relações estabelecidas entre os sujeitos (culturais, portanto), não tendo, outrossim origem inata (ou natural). A autora define, pois, esse sistema como “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade **transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana**” (Rubin, 1993, p. 2. **Grifo meu**).

A partir de sua definição preliminar, Rubin segue apontando como a criação do gênero é fundamental para uma economia política sexual que subjuga as mulheres e eleva os homens ao topo da pirâmide social. Seu primeiro movimento vai no sentido de fazer uma análise marxista do capitalismo analisando sobre o papel das mulheres na família capitalista e da centralidade de seu trabalho doméstico não remunerado como complementar à mais-valia gerada pelo trabalho pago, sendo, pois, essencial para a manutenção da ordem familiar moderna. Para além do modo de (re)produção capitalista, a autora estadunidense também analisa o supracitado trabalho de Lévi-Strauss sobre o parentesco e o tabu do incesto. Segundo ela, a troca de mulheres feitas por homens, decorrência primordial do tabu do incesto, é também parte de um sistema de opressão de gênero culturalmente forjado. É embasada nisso que Rubin clama por uma revolução nos sistemas de parentesco como os conhecemos, tratando de aclarar que não é suficiente uma crítica meramente anticapitalista que idealize um retorno a um passado pré-moderno, uma vez que o sistema de sexo-gênero também opera em outros contextos.

Esmiuçando a “função social” do gênero, e mostrando que suas consequências nefastas não são somente dirigidas às mulheres, Rubin (1993, p. 12) aponta que

Longe de ser uma expressão de diferenças naturais, a identidade de gênero exclusiva é a supressão de similaridades naturais. Ela requer repressão: nos homens, da versão local das características “femininas”, quaisquer que sejam elas; nas mulheres, da definição local de características “masculinas”. [...] O mesmo sistema social que oprime as mulheres nas suas relações de troca, oprime todo mundo pela sua insistência numa divisão rígida de personalidade.

179

Em que pese sua breve afirmação de que certas culturas permitem o que ela chama de homossexualidade ou travestismo institucionalizados, noções que aqui não serão pormenorizadas, no sistema de sexo-gênero de Rubin também já se pode enxergar traços da noção de heterossexualidade compulsória, que seria consagrada anos mais tarde na teoria de Judith Butler (2003). Sua análise do tabu do incesto a leva a afirmar que

Lévi-Strauss chega perigosamente perto de afirmar que a heterossexualidade é um processo socialmente instituído. [...] A proibição de algumas uniões heterossexuais implica num tabu contra uniões não-heterossexuais. Gênero não é apenas uma identificação com um sexo; ele também supõe que o desejo sexual seja direcionado a outro sexo. **A divisão sexual do trabalho está implicada nos dois aspectos de gênero – ela os cria homem e mulher, e os cria heterossexuais.** A supressão do componente homossexual da sexualidade humana, e como corolário, a opressão dos homossexuais é, portanto, um produto do mesmo sistema cujas regras e relações oprimem as mulheres. (Rubin, 1993, p. 12. **Grifo meu**)

Contemporânea de Rubin, a historiadora estadunidense Joan Scott é outra das feministas estadunidenses a tentar popularizar o termo gênero como uma categoria científica de análise para os

então chamados “estudos sobre as mulheres”. Sua defesa do termo parte da análise de que o gênero permite a historicização do sexo biológico (ainda tratado aqui como natural), e, portanto, a análise dos discursos construídos acerca de homens e mulheres.

Consciente das assimetrias que permeiam as relações entre homens e mulheres, Scott (1995, p. 75) chega a apontar que “na sua utilização recente mais simples, ‘gênero’ é sinônimo de ‘mulheres’”. De certa forma, tal formulação simplista, mas radical, é potente por permitir que se argumente que gênero é uma ferramenta conceitual necessária justamente para desvelar as estatizações do natural (Foucault, 2005; Laqueur, 2001) que o conceito de sexo biológico proporcionou. Sobre isso, a autora afirma que “‘gênero’ torna-se uma forma de indicar ‘construções culturais’ - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres” (Scott, 1995, p. 75). Ela, demonstrando que os estudos sobre o gênero não partem de uma base neutra de saber-poder - contrapondo-se, assim, àquilo que Boaventura de Sousa Santos (2008) chama de paradigma dominante da ciência – e cônica de que estudar o gênero implica estudar a alteridade, também afirma que

Enquanto o termo "história das mulheres" proclama sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, **o termo "gênero" inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece, assim, não constituir uma forte ameaça.** Esse uso do termo "gênero" constitui um dos aspectos daquilo que se poderia chamar de busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas, nos anos 80. [...] além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Essa utilização enfatiza o fato de que **o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino.** Esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia de esferas separadas e sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. (Scott, 1995, p. 75) (**Grifos meus**).

A maneira com que Scott trata o gênero como uma categoria analítica na história lhe permite, ademais, apontar que as noções de masculinidades e feminilidades são forjadas na rejeição da alteridade, constituindo-se, pois, como a negação de seu oposto e que tais noções não são a-históricas e fixas, mas sim mutáveis de acordo com o contexto que se analisa. Além disso, sobre as abordagens pós-estruturalistas de gênero a autora aponta que

Este tipo de interpretação torna problemáticas as categorias de "homem" e "mulher", ao sugerir que o masculino e o feminino não são características inerentes, mas constructos subjetivos (ou ficcionais). Essa interpretação implica também que o sujeito se acha em um processo constante de construção e oferece um meio sistemático de interpretar o desejo consciente e inconsciente, ao destacar a linguagem como um objeto apropriado de análise. (Scott, 1995, p. 82)

A autora também apresenta, sem dar exemplos concretos, a crítica de que tal teoria “tende a universalizar as categorias e as relações entre masculino e feminino” (Scott, 1995, p. 83). Quanto a isso, parece-me bastante claro que os limites universalizantes são típicos de teorias ocidentais que não levam em conta particularidades do resto, o que não invalida a crítica pós-estruturalista sobre o gênero. De qualquer forma, vale ressaltar que, partindo da ideia de gênero como construção social, diversas teorias marginais floresceram, proporcionando uma crítica local do gênero como uma categoria que transcende o ocidente. (Cf. Spivak, 2010; Anzaldúa, 2001; Piscitelli, 2002).

A despeito das ressalvas feitas ao pós-estruturalismo, e que, creio, hoje foram muito bem respondidas a posteriori por autoras e autores não ocidentais e não universalizantes, Scott (1995, p. 86) segue sua abordagem de gênero dialogando diretamente com a noção foucaultiana de poder ao defender que se deve

substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado por algo [...] entendido como constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em ‘campos de força’ sociais [onde] há espaço para um conceito de agência humana, concebida como a tentativa (pelo menos parcialmente racional) para construir uma identidade, uma vida, um conjunto de relações, uma sociedade estabelecida dentro de certos limites e dotada de uma linguagem -uma linguagem conceitual que estabeleça fronteiras e contenha, ao mesmo tempo, a possibilidade da negação, da resistência, da reinterpretação e permita o jogo da invenção metafórica e da imaginação.

É essa noção de poder que a permite apontar a localidade histórica da noção de gênero, bem como defender que ele não é cunhado meramente através do parentesco, mas também de outras relações sociais, que um olhar incauto poderia levar a pensar não estar entrelaçadas, como a economia e a política, bem como da subjetividade do gênero (ainda, que, aparentemente, abordando suas possibilidades dentro de uma base binária).

Por fim, sobre as identidades de gênero, Scott (1995, p. 93) aponta que

A natureza desse processo, dos atores e de suas ações, só pode ser determinada de forma específica, no contexto do tempo e do espaço. Nós só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que "homem" e "mulher" são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes. Vazias, porque não têm nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quando parecem estar fixadas, ainda contêm dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas

É a partir dessa afirmação que ela propõe uma redefinição das noções de gênero presentes na sociedade de modo a desconstruir e desnaturalizar as hierarquias que tornam tão díspares as vivências de homens e mulheres. O já citado trabalho de Gayle Rubin, ao propor uma revolução nos sistemas de parentesco, parece objetivar fins semelhantes. Em comum a ambas as pensadoras, ainda, pode-se

ressaltar a veemente defesa de que os sistemas de sexo-gênero não são construções a-históricas, devendo, pois, ser compreendidas localmente.

É a uma outra semelhança, entretanto, que gostaria de dar minha ênfase; conforme já mencionado brevemente anteriormente, os feminismos de Rubin e Scott derivam, cada qual à sua maneira, da formulação de Simone de Beauvoir, de que não se nasce mulher. Segundo Donna Haraway (2004, p. 211. **Grifo meu**), de fato,

Apesar de importantes diferenças, **todos os significados modernos de gênero se enraízam na observação de Simone de Beauvoir de que “não se nasce mulher”** e nas condições sociais do pós-guerra que possibilitaram a construção das mulheres como um coletivo histórico, sujeito-em-processo.

Por mais que essa noção possa encontrar um ponto de origem em comum, as teorias contemporâneas sobre o gênero demonstraram a possibilidade de que haja diversos desdobramentos ímpares entre si a partir dessa formulação. Desta feita, o que une Rubin e Scott, e boa parte dos feminismos da segunda onda, além de sua branquitude (ou talvez por causa dela), é a manutenção do status de oposição entre natureza e cultura, presente, como apontado, na ontologia ocidental há séculos. Uma observação mais atenta do sistema de sexo-gênero de Rubin e da formulação do gênero como uma emanção de poder por parte de Scott deixa evidente como o gênero surge com um conceito inscrito na área da cultura, e, portanto, passível de críticas, estudos históricos e ativismos; o sexo, por sua vez, é tratado, em ambos os casos, como uma condição natural, logo, a-histórica. Gayle Rubin (1993, p. 22. **Grifo meu**), por exemplo, é bastante clara ao defender que o feminismo

Deve sonhar com a eliminação das sexualidades obrigatórias e dos papéis sexuais obrigatórios. O sonho que acho mais fascinante é de **uma sociedade andrógina e sem gênero (mas não sem sexo)**, em que a anatomia de cada um é irrelevante para o que cada um é, faz ou com quem cada um faz amor.

Diante disso, defendo que o conceito de gênero, em si, não é potente para levar a cabo a desontologização pretendida por esse trabalho e já defendida anteriormente. Quando Rubin sonha em abolir um artefato cultural, mantendo a natureza intocada, sem perceber que a própria natureza se encontra prenhe de cultura a ponto de se confundir com ela, seu sonho se torna bem menos potente do que suas ideias primordiais poderiam supor. Sobre isso, Haraway (2004, p. 216. **Grifo meu**) é enfática ao apontar que

A “segunda onda” da política feminista em torno dos “determinismos biológicos” versus “construcionismo social” e das biopolíticas das diferenças de sexo/gênero ocorrem no interior de campos discursivos pré-estruturados pelo paradigma de identidade de gênero, cristalizado nos anos cinquenta e sessenta. **O paradigma da identidade de gênero era uma versão funcionalista e essencializante da**

**percepção de Simone de Beauvoir nos anos quarenta, de que não se nasce mulher.**

Em suma, as contribuições de Gayle Rubin e Joan Scott – bem como de outras teóricas e teóricos da segunda onda aqui não mencionados/as – são, certamente, valiosíssimas para uma teoria em torno do gênero, mas seus limites são flagrantes e se tornam ainda mais frustrantes quando consideramos que, ao longo de outros momentos na história do ocidente, conforme se apontará na seção seguinte, o gênero (ainda que não sendo assim nomeado) foi mais importante para a construção do binarismo do que o sexo biológico em momentos nos quais o dimorfismo sexual, hoje consagrado no discurso biomédico, era uma teoria de pouco ou nenhum eco científico relevante. (Laqueur, 2001).

**THOMAS LAQUEUR E O SEXO INVENTADO**

A teoria queer é, na contemporaneidade, a grande expoente no sentido de demonstrar como o sexo biológico é, de fato, prosteticamente construído, através de tecnologias de gênero avançadas. As tessituras de Paul Beatriz Preciado (2006; 2014; 2018) e Donna Haraway (1991) são centrais nesse sentido e serão abordadas nas seções que a esta se seguem. Aqui, entretanto, quero fazer um retorno genealógico, valendo-me do magnífico compilado de Thomas Laqueur acerca da invenção do sexo, mais especificamente, do dimorfismo sexual, na sociedade ocidental.

Em um primeiro momento, Laqueur (2001, p. 18) aponta como

A visão dominante desde o século XVIII, embora de forma alguma universal, era que há dois sexos estáveis, incomensuráveis e opostos, e que a vida política, econômica e cultural dos homens e das mulheres, seus papéis no gênero, são de certa forma baseados nesses "fatos". A biologia - o corpo estável, não-histórico e sexuado - é compreendida como o fundamento epistêmico das afirmações consagradas sobre a ordem social.

A essa noção contemporânea de dois sexos biológicos, estáveis e opostos dá-se o nome de dimorfismo sexual. É ele, como um fato a-histórico que permite teorias essencialistas, tanto nos termos de essencialismo de sexo quanto de gênero – ainda que haja uma distância gritante entre os sujeitos que enunciam os dois tipos de essencialismo. Especificamente sobre o já abordado sistema de sexo-gênero de Gayle Rubin, Laqueur (2001, p. 23) afirma que

houve uma poderosa tendência entre as feministas de esvaziar o sexo do seu conteúdo argumentando, ao contrário, que as diferenças naturais são verdadeiramente culturais. Já em 1975, no discurso clássico de Gayle Rubin de como um sistema social de sexo/gênero "transforma a sexualidade biológica em produtos de atividade humana", a presença do corpo é tão velada que chega a ficar quase oculta.

O autor ainda disserta sobre os perigos de que o desconstrutivismo incauto possa apagar a marca da corporeidade, relegando a carne a uma mera pré-condição que determina o ponto de partida para o gênero. Assim, sobre Joan Scott, ele defende que

O gênero, para Joan Scott, não é uma categoria mediadora entre a diferença biológica fixa de um lado e as relações sociais historicamente contingentes de outro. O gênero inclui tanto a biologia quanto a sociedade: "um elemento constitutivo das relações sociais baseadas em **diferenças aceitas entre os sexos** ... uma forma básica de **expressar** relações de poder" (Laqueur, 2001, p. 24. Grifo do autor.)

Diante das críticas expostas, a tese central de Laqueur vai no sentido de apontar esse dimorfismo sexual, hoje a-historicizado, como um produto de relações de saber-poder tipicamente modernas e que apagam possibilidades, práticas e discursos outrora produzidos sobre os corpos. Contrapondo-se às noções das feministas da segunda onda que se valiam da dicotomia entre natureza e cultura para defender o sexo biológico como fator natural que definiria os tratamentos culturais de gênero, ele aponta que a tese do isomorfismo, re(validada) ao longo de séculos da história do sexo no ocidente pré-moderno permite uma interpretação contrária: a de que, durante parcela significativa de tempo, o gênero determinou o sexo. Mas, afinal, i) do que se trata o isomorfismo sexual, na teoria e na prática? ii) por que ele se faz aqui relevante se já foi sepultado como categoria de diferenciação sexual há mais de dois séculos?

A resposta à primeira pergunta só pode ser dada aqui, em formas de simplificações, uma vez que, ao contrário da estabilidade de que a teoria do dimorfismo sexual parece gozar contemporaneamente, os discursos isomórficos produzidos sobre o corpo foram plurais e diversos entre si. Assim, a mais básica definição, que permeia todas as teorias isomórficas no campo da sexologia, permitiria defini-lo como uma abordagem de diferenciação sexual tardia. Isto significa dizer que homens e mulheres partilhariam uma essência corpórea, e as diferenciações visíveis entre si, nos caracteres sexuais primários – órgãos genitais – ou secundários – desenvolvimento ou não de seios e pelos, engrossamento da voz, etc. – seriam fruto de uma internalização ou externalização destes caracteres. Na maioria dos casos, a explicação para tal fenômeno era o calor dos corpos, o que poderia justificar transições de sexo tardias por parte de sujeitos que só manifestassem tal temperatura corporal em um momento posterior ao nascimento. Desta forma, tratando especificamente daquilo que parece ser contemporaneamente o critério mais importante na atribuição do sexo de um corpo observado no ultrassom, uma vagina seria nada além de um pênis voltado para dentro, sendo os ovários os testículos internos.



É, aliás, o contexto de abordagem isomórfica aquele analisado por Foucault (2010) em seu trabalho *Os Anormais*, no qual analisa o manejo dado a sujeitos hermafroditas ao longo da Renascença, período no qual esses sujeitos, hoje patologizados, como abordarei no capítulo subsequente, gozavam de um status social completamente diferente, não havendo a busca contemporânea pela localização de um sexo verdadeiro. Sobre o trabalho do genealogista francês, Laqueur (2001, p. 161) afirma:

Foucault talvez seja utópico na sua afirmação política; a escolha do gênero não ficava tanto a critério pessoal e não havia liberdade para se mudar no meio do caminho. Mas ele tem razão quando diz que não havia um sexo verdadeiro e essencial que diferenciava o homem cultural da mulher.

A afirmação de que corpos intersexuais não eram tão patologizados quanto na atualidade, não significa, entretanto, que se possa pressupor uma utopia andrógena, nos termos descritos por Rubin, onde não haveria gênero, mas o sexo:

Não havia tampouco dois sexos justapostos em várias proporções: **havia apenas um sexo, cujos exemplares mais perfeitos eram facilmente julgados masculinos no nascimento, e os menos perfeitos rotulados de femininos.** A questão moderna sobre o sexo "real" de uma pessoa não fazia sentido naquela época, não porque os dois sexos fossem misturados, mas porque havia apenas um para escolher e esse tinha de ser partilhado por todos, do mais bravo guerreiro ao mais efeminado homem da corte, da mais agressiva virago à mais delicada virgem. (Laqueur, 2001, p. 161. **Grifo meu**)

O autor segue, apontando conclusões nas quais tanto ele quanto as feministas da segunda onda convergem, ainda que sem usar os mesmos termos: a heterossexualidade era compulsória, e, por mais que se pudesse aceitar casos de sujeitos que trocassem de sexo ao longo de suas existências, não se aceitava comportamentos homossexuais:

Na ausência de um sistema simuladamente estável de dois sexos, as rígidas leis suntuárias do corpo tentavam estabilizar o gênero - mulher como mulher e homem como homem - e as punições para os transgressores eram bastante severas. (Laqueur, 2001, p. 161).

Ademais, assim como nas críticas feministas, Laqueur destaca que a masculinidade gozava de um status privilegiado em relação à feminilidade. Nesse sentido, ele (2001, p. 170) defende, por exemplo, que durante a Renascença, o pênis era “um símbolo de status e não um sinal de alguma outra essência ontológica profundamente arraigada: o sexo real. Podia ser interpretado como um simples certificado [...] cujo portador tinha certos direitos e privilégios”.

Considerando os privilégios masculinos, o autor ainda ressalta que a instabilidade do sistema isomórfico resultava que alguns corpos hermafroditas inicialmente interpretados como femininos, podiam ao longo da vida transicionar para o outro gênero, o que era um problema. O caminho

contrário também era possível, mas, nesse caso, parece ser menos problemático uma vez que se trataria de um “homem” perdendo seus privilégios ao “tornar-se mulher”. A questão comportamental aqui, contemporaneamente interpretada como uma performance de gênero (Butler, 2003) era, aqui, tão ou mais central do que a biológica; não bastava ao sujeito que “se tornava homem” comprovar possuir os atributos físicos tipificados como masculinos, a performance social também era fundamental e ela passava, não somente, pelo comportamento heterossexual, mas também pela assimilação social dos significados simbólicos do privilégio de ser homem. Laqueur (2001, p. 172) ilustra essa situação com um caso que seria considerado tão absurdo diante do tecnicismo biomédico dimórfico contemporâneo que opto por reproduzi-lo integralmente:

Marie de Marcis [...] foi batizada com nome de menina e chegou à idade adulta como uma pessoa normal, em um vilarejo próximo de Rouen. Seu patrão e sua patroa declararam que ela tinha regras regulares, e o médico que testemunhou no seu julgamento confirmou que ela era na verdade o que tinha sido desde que nascera. Mas Marie apaixonou-se por uma empregada, foi para a cama com ela e mostrou-lhe que tinha um pênis e, portanto, era homem. Eles tentaram casar-se. Em vez de ser publicamente reconhecida como homem por ter desenvolvido um pênis, [...] **Marie de Marcis foi julgada por sodomia - sem sugestão de heterossexualismo natural aqui** - e condenada[...]. Mas então o dr. Jacques Duval entrou no caso; descobriu o membro ao examinar a vulva e provou que não era um clitóris, esfregando-o até ele ejacular um sêmen espesso masculino. (Como a ênfase nesse caso era a penetração ilícita, a ideia era constatar, não se Marie tinha um pênis interno - uma vagina - mas se sua afirmação de possuir um pênis externo lhe dava os direitos de quem tinha pênis.) A intervenção de Duval salvou Marie da fogueira, mas não lhe deu direito imediato a um novo gênero. **O tribunal ordenou que ela continuasse a usar roupas femininas até completar vinte e cinco anos - como se a transição para a masculinidade tivesse de ser gradual - e que não tivesse relações com nenhum dos dois sexos enquanto continuasse a viver como mulher.** A séria preocupação dos juízes nesse caso não parecia ser com o sexo, mas com o gênero; que sinais de status, que roupas, que postura Marie podia assumir legitimamente? Apesar da óbvia preocupação da corte com os órgãos, **a questão central era se alguém que não nasceu para uma situação mais elevada, alguém que viveu toda a vida como mulher, tinha o necessário para desempenhar legitimamente o papel de homem e, em termos mais gerais, se a "pessoa" tinha direito a um certo lugar na ordem social.** (Laqueur, 2001, p. 172. **Grifos meus**)

Como se pode ver, no ocidente, assim como na contemporânea era do dimorfismo, o período histórico no qual o isomorfismo foi considerado como a verdade sobre os corpos também gerou assimetrias sociais entre homens e mulheres e impôs a essas pessoas uma matriz heteronormativa. Ademais, estudos anatômicos contemporâneos mais precisos há muito derrubaram a tese de que o corpo feminino seria um corpo masculino internalizado e passivo. Sendo assim, cabe agora responder à segunda questão feita anteriormente, sobre o motivo por que a “era isomórfica” seria tão relevante para uma análise de sexo e gênero como significantes dentro de uma lógica binária natureza x cultura.

Em primeiro lugar, é curioso observar como a defesa irrestrita do dimorfismo veio a custas simbólicas pesadas para as pessoas com clitóris e vagina, amiúde mulheres, que viram, por exemplo “o orgasmo feminino, o sinal do corpo para uma geração de sucesso, [...] banido para as fronteiras da fisiologia, um significante sem significado” (Laqueur, 2001, p. 190). Para além dos apagamentos de fluxos desejantes, a grande potência da discussão acerca do isomorfismo como verdade discursiva é a demonstração de que em parcela significativa da história ocidental, o sexo foi uma categoria sociológica, um epifenômeno e, portanto, passível de ser reconstruído, reinterpretado e reformado, ainda que dentro de limites sócio-históricos.

A consolidação do dimorfismo sexual no discurso biomédico alçou o sexo a um patamar de verdade ontológica sobre o corpo, impossível de ser mudada, e gerou ecos até mesmo dentro de teorias que se intenciam emancipatórias. A genealogia de Laqueur, entretanto, permite-nos perceber como as assimetrias completas supostamente existentes entre corpos masculinos e femininos são investimentos políticos insustentáveis epistemologicamente e que permitem a estatização biológica de uma resposta para a questão da diferenciação sexual. Os trabalhos da bióloga Anne Fausto-Sterling (1993, 2000), propositalmente, e dos médicos John Money e Robert Stoller, reinterpretados pelas leituras feministas de Donna Haraway (1991) e Paul Beatriz Preciado (2006; 2014; 2018) e que serão vastamente discutidos nas seções que a esta se seguem tratam de complementar o trabalho de Thomas Laqueur, demonstrando como na contemporaneidade a estabilidade do dimorfismo sexual, e, conseqüentemente, do sexo biológico como um estatuto ontológico, está em risco. Assim, a seção que seguinte trata de esmiuçar as possibilidades contemporâneas, abordando as ainda frequentes tensões entre iso e dimorfismo sexual, para enfim, se apresentar como uma prática contradiscursiva onde a cultura (re)constrói a natureza.

### **MONEY MADE SEX...**

Como apontado na seção anterior, o termo gênero em língua inglesa já era minimamente difundido no fim do século XIX e primeira metade do seguinte como um termo que poderia, em diferentes dimensões, substituir a noção de sexo dentro da lógica binária de masculinidade e feminilidade. O uso de gênero por Gayle Rubin, considerado comumente como o momento da gênese de gênero como um vocábulo dentro de uma produção científica feminista não foi, entretanto, a primeira aplicação do termo dentro da produção com fins científicos.

Foi dentro do discurso biomédico que o termo primeiro começa a ganhar terreno, tornando-se difundido sobretudo a partir das pesquisas e experimentos conduzidos na Universidade John Hopkins,

em Baltimore, Estados Unidos, pelo psicólogo e sexólogo neozelandês radicado nos EUA, John Money, em parceria com John e Joan Hampson, profissionais da medicina. Os trabalhos de Money eram voltados, a princípio para casos de pacientes intersexuais, um espectro que se refere a uma miríade de diferentes condições nas quais uma criança recém-nascida não apresenta a coerência entre sexo gonadal, genital e cromossômico indicada pelo discurso biomédico contemporâneo como normal, o que significa, em termos simplificados, que não é possível assinalar um sexo masculino ou feminino ao/à paciente neonato(a) quando de seu nascimento.

A tese central do moneísmo era uma aplicação biomédica da dicotomia entre natureza e cultura e tinha, à época, um quê de revolucionária. Segundo ele e seus colegas era possível modificar o gênero de uma criança até os dezoito meses de idade. A aplicação prática desta ideia permitia que fossem feitas intervenções cirúrgicas e hormonais em corpos intersexuais infantis, de modo a (re)produzir um corpo (identificável como) normal. O caráter eminentemente social do gênero segundo Money era o que permitiria, por exemplo, que um corpo ambíguo, mas predominantemente masculino sofresse intervenções feminilizantes e se adaptasse ao papel de gênero feminino. O termo papel de gênero era aliás, como Money utilizava o termo no princípio de seu trabalho.

188

As intervenções de Money, entretanto, acabaram não se limitando a pacientes dentro do espectro intersexual. O caso mais famoso foi o de David Reimer. O caso foi vastamente documentado em trabalho de John Colapinto (2001): David nascera Bruce e foi levado ainda criança para uma cirurgia de circuncisão deploravelmente malograda; seu pênis foi queimado com tamanha severidade que foi praticamente extirpado. Seu pai e mãe, conheceram, através da televisão, o trabalho de Money e sua tese de que crianças até os 18 meses teriam seu sexo modificável. A criança, nascida “normal” e tornada inconforme após passar um procedimento de caráter majoritariamente religioso, foi atendida por Money e sua equipe, que propuseram a transição para um corpo feminino. A cirurgia foi feita, tendo como único aspecto negativo o fato de que a agora paciente estava fadada passar por uma terapia hormonal feminina quase perpétua. O aparente sucesso foi propagado por Money por anos depois, como uma evidência de que o “protocolo Money” poderia resolver as questões relativas às ambiguidades sexuais fossem elas pré-natais ou não (ainda que a transição de um lado para o outro do espectro binário masculino-feminino devesse respeitar a regra dos 18 meses). O caso de Bruce, entretanto, não terminou por aí; tornado menina, ele descobriu ter passado por uma intervenção de redesignação social antes de ter tido o direito de opinar e optou, posteriormente, por “retransicionar” ao sexo masculino, tendo performado uma identidade masculina, até seu suicídio em 2004 (por motivos a princípios relatados como não tendo relação com sua vida sexual).

Se o próprio Money adaptou seu modelo de intervenção para um que também contemplasse crianças nascidas “normais”, Robert Stoller seria o responsável mais famoso a performar, ainda nos anos 1950 uma cirurgia em uma paciente acima dos 18 meses de idade. Stoller, psiquiatra estadunidense, se valera do trabalho sobre papel de gênero de Money e John e Joan Hampson para cunhar a noção de identidade de gênero, que, posteriormente, viria a ser utilizada pelo próprio Money. (Cortez; Gaudenzi; Maksud, 2019).

Diferenciando-se de Money, porém, Stoller promove uma separação conceitual entre papel de gênero, identidade de gênero, sexo e comportamento sexual: o primeiro diria respeito ao papel desempenhado socialmente pelo indivíduo, enquanto o segundo referir-se-ia à “consciência” (awareness) sobre pertencer a um ou outro sexo biológico (STOLLER, 1984). A identidade de gênero, que se desenvolve ao menos até o fim da adolescência, seria composta pelo “núcleo da identidade de gênero” (core gender identity), “totalmente estabelecido antes do completo desenvolvimento da fase fálica” (STOLLER, 1984, n.p) e produzido pela relação entre a criança e os pais, pela percepção da criança sobre sua genitália externa e “por uma força biológica cuja fonte são as variáveis biológicas do sexo” (Ibidem). (Cortez; Gaudenzi; Maksud, 2019, p. 7).

Stoller também seria o responsável por apontar que a orientação sexual não teria necessariamente um vínculo com o sexo biológico, fosse ele (re)produzido ou pré-natal. Assim, tal qual John Money, Stoller se valia da hipótese de que a natureza do sexo era menos determinante do que a cultura, representada pelo gênero; de modo que era possível que se fizesse alterações para adequar corpos inconformes à norma binária que ele entendia ser natural.

Assim como a história de David/Bruce e sua posterior desistência do sexo atribuído por Money representa ao autor neozelandês um ponto de diversas críticas, Robert Stoller também teria seu “tecnocordeiro” (Preciado, 2016). Harold Garfinkel (1967) sociólogo estadunidense que trabalhava com Stoller, narra que Agnes chegou ao consultório do médico, em Los Angeles, Califórnia, no ano de 1958 com um quadro bastante peculiar: aos 19 anos de idade, apresentava as características sexuais secundárias (como tom de voz, desenvolvimento mamário, ausência de pelos, etc.) enunciadas no discurso biomédico como sendo típicas de corpos femininos. Seu sexo cromossômico, gonadal e genital, entretanto, eram tipicamente masculinos - possuía cariótipo 46XY, com pênis desenvolvido e testículos externos. Por mais ambíguo que seu corpo não pudesse ser, Garfinkel conta que, à primeira vista, “a aparência de Agnes era convincentemente feminina”, apresentando seus caracteres sexuais secundários e seu comportamento como os motivos para tal.

Diante do fato inédito que se lhe apresentava, e após os devidos exames, o diagnóstico do Dr. Robert Stoller seria o de síndrome da feminização testicular, mais conhecida no Brasil como síndrome da insensibilidade androgênica, de modo que

em março de 1959, uma cirurgia de castração foi performada na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA) na qual o pênis e o saco escrotal tiveram sua pele removida, o pênis e os testículos amputados, e a pele do pênis amputado usada para a produção de uma vagina enquanto os lábios foram construídos com a pele do saco escrotal. (Garfinkel, 1967, p. 121. Tradução minha).

Agnes tinha tudo para ser um caso de correção exitosa por parte dos protocolos Money, aplicados pelo Dr. Stoller não fosse uma confissão feita ao médico em 1966, sete anos após a cirurgia. Ele conta a Garfinkel que Agnes revelara que sua condição de ambiguidade na diferenciação sexual fora autoproduzida; a partir de seus 12 anos, ela passara a se autoaplicar doses consideráveis de estrogênio (hormônio enunciado no discurso biomédico como feminino) que estavam sendo receitadas à sua mãe. Aparentemente, a paciente sempre tinha desejado ser uma mulher e, a princípio, sem saber os efeitos da autoadministração dos hormônios, tomou-os por saber que eles eram femininos. Os resultados feminizantes que produziram um corpo passável como feminino e identificável por toda uma equipe médica especializada na área como sendo intersexual a satisfizeram e a realização da cirurgia de redesignação genital foi o ponto final de sua transição. Agnes sabia que não seria operada como mulher trans, o que de fato era, de modo que a condição intersexual que lhe foi atribuída pela equipe médica, foi-lhe muito bem-vinda.

Os dois casos narrados apontam fissuras na teoria original de John Money. Primeiramente, evidencia-se que não é necessário que a condição de ambiguidade na diferenciação sexual seja pré-natal (ou natural como algumas pessoas a chamariam), podendo ser realizada em pacientes que não estejam no espectro intersexual. Ademais, fica claro que o limite de idade originalmente apontado por Money para a criação de uma criança saudável não se sustenta, sobretudo na contemporaneidade, quando diversas cirurgias de redesignação sexual são possíveis para sujeitos que conscientemente, em sua vida púbere ou adulta optam por transicionar de gênero. Sobre este limite de idade, Paul B. Preciado (2014, p. 142. Grifo meu) aponta que

Se Money afirma que a identidade sexo/gênero é modificável até aproximadamente os 18 meses (embora os tratamentos hormonais e cirúrgicos prossigam inclusive depois da puberdade) não é porque não existe a possibilidade de mudança depois dessa idade (como as operações de mudança de sexo e de reatribuição nas pessoas transexuais suficientemente provam) mas sim porque **o discurso médico não pode lidar com as consequências políticas e sociais da ambiguidade ou da fluidez sexual para além da tenra infância**. Por isso, segundo Money, o sexo deve ser atribuído o mais rápido possível, o que com frequência quer dizer imediatamente, à primeira vista. E isso, de maneira decisiva e irreversível.

Money mostrou que é possível produzir o sexo. Mas impôs limitações a essa produção que revelam um projeto tecnobiopolítico de manutenção da ontologia do dimorfismo sexual, agora

passível de ser corrigida em silêncio em sujeitos que ainda não podem escolher os corpos que querem para si. Sua maneira de codificar o gênero se manteve inscrito na inóqua distinção entre natureza e cultura, com sem se permitir conceber como na contemporaneidade a natureza pode (e deve) ser re(criada).

### ... MAS É PRECISO IR ALÉM

Paul Preciado (2018) aponta três distintos modelos hegemônicos de gerenciamento da sexualidade no ocidente: o soberano, pré-moderno, já foi anteriormente descrito, nos termos de Thomas Laqueur, e se caracterizava como um discurso no qual o gênero era mais relevante do que o sexo, dado que a biomedicina ainda não se unificara em torno de uma teoria única da sexualidade, o que seria feito, através da teoria do dimorfismo sexual, no modelo societário disciplinar, tipicamente moderno e que se caracterizava como “uma arte de governar a vida” (Preciado, 2018, p. 75).

Foi neste momento que, por exemplo, “em 1968, as identidades hétero e homossexuais foram inventadas em uma esfera de empirismo, classificação taxonômica e psicopatologia” (Preciado, 2018, p. 76). No regime disciplinar da sexualidade, o discurso biomédico também impôs uma patologização de comportamentos sexuais com fins não reprodutivos, como a masturbação, e deixou de levar em consideração o prazer feminino, teorizando sua não relevância para a reprodução heterossexual humana, que passa a ser tratada como um fim em si dentro da sexualidade. Também por este motivo, o aborto passa a ser condenado. (Laqueur, 2001; Preciado, 2017). Desta forma, inspirado pela descrição feita por Foucault (1987) do regime disciplinar, Preciado (2018, p. 82. Grifo meu) destaca que

qualquer divergência corporal da norma (como tamanho e forma dos órgãos sexuais, pilosidade facial e forma e tamanho dos seios) é considerada uma monstruosidade, uma violação das leis da natureza ou uma perversão, uma violação das leis morais. Da mesma forma que **a diferença sexual é elevada a uma categoria não apenas natural, mas também transcendental** (superando os contextos históricos e culturais), as diferenças entre homossexualidade e heterossexualidade aparecem como anatômicas e psicológicas [...].

As teorias de John Money sobre a sexualidade surgem na segunda metade do século XX, em um contexto de guerra fria, no qual, em parcela significativa dos países do norte global, a disciplina, descrita por Foucault e tipificada pelo panóptico como modelo arquitetônico institucional, passava a ser conviver com dispositivos de controle mais moleculares e capilarizados, sintetizados por Gilles Deleuze (2000) como típicos de uma “sociedade de controle”. Na seara da sexualidade, não há exemplo mais claro da transição do manejo institucional panóptico, que pouco levava em conta as

idiosincrasias de cada sujeito, para um gerenciamento micropolítico das subjetividades e agenciamentos individuais do que a pílula anticoncepcional, um método contraceptivo que utiliza dois hormônios mais presentes em corpos ditos femininos - ainda que, como pretendo demonstrar, não sejam hormônios femininos em si – estrogênio e progesterona, que surge não como o primeiro método de controle de natalidade, mas como o primeiro método cujo objetivo era permitir às mulheres controlarem sua fertilidade, contrapondo-se a programas de esterilização realizados pelo estado em mulheres pobres e/ou não brancas, frequentes na história do ocidente. A pílula é, assim, o protótipo do terceiro momento da sexualidade ocidental; a era somatopolítica.

Sobre este produto farmacêutico - sem dúvida um sucesso mercadológico que só encontrou paralelo nos anos 1990, após a farmacêutica Pfizer descobrir os efeitos do citrato de sildenafil, posteriormente comercializado como Viagra, para o tratamento da impotência sexual masculina – Preciado (2018) o descreve como o panóptico ingerível que facilitou e levou para uma esfera micropolítica o controle do potencial reprodutivo de corpos femininos. Mas, para além de seus efeitos concretos, a história da pílula revela as assimetrias nas relações de poder e nos investimentos discursivos sobre o gerenciamento da sexualidade; apesar de ter sido originalmente sintetizada pela indústria farmacêutica estadunidense e testada em mulheres, brancas, dos subúrbios ricos do país, seus primeiros testes em massa, com o objetivo de garantir a segurança do produto, foram feitos em internas de prisões e hospitais psiquiátricos dos EUA. Diante da constatação da Federal and Drug Administration (FDA), a agência reguladora do governo estadunidense responsável pela autorização ou não de fármacos, da insuficiência de dados empíricos sobre a eficácia da pílula como método contraceptivo para mulheres com uma vida sexualmente ativa semelhante à do tipo ideal da mulher, branca, estadunidense, a Searle, farmacêutica local, adquirida pela Pfizer no princípio dos anos 2000 e hoje tornada sua subsidiária, responsável pelo produto lança mão de um dos experimentos coloniais mais frutíferos do capitalismo do século XX.

A relação neocolonial estabelecida entre os EUA e Porto Rico data de fins do século XIX. Na ilha experimentos de esterilização de mulheres pobres foram levados a cabo ao longo de toda a primeira metade do século XX, e, conforme descreve Preciado (2018), na segunda metade da década de 1950 testes com a pílula, este dispositivo tão sutil de (auto)controle sexual passaram a ser lá realizados. Os motivos para que os testes requisitados pela FDA fossem feitos em Porto Rico e não nos EUA são flagrantemente coloniais; a pílula seria o primeiro medicamento a ser testado quase que exclusivamente fora dos laboratórios, devendo ser administrada em doses diárias pelas próprias



mulheres participantes dos estudos, que seriam acompanhadas por assistentes sociais e, eventualmente, pesquisadores.

A partir desta situação, a solução encontrada para manter o experimento sob condições minimamente controláveis do ponto de vista hermético idealizado pela ciência moderna foi erguer um conjunto habitacional no gueto de El Fanguito, considerado uma das mais pobres de San Juan, capital porto-riquenha, e realizar os experimentos com a pílula nas mulheres que lá residiriam. De certa forma, esses conjuntos habitacionais seriam apresentados à FDA como uma versão *low-cost* dos ricos subúrbios brancos estadunidenses, onde residiam as mulheres que a Searle objetivava ter como clientes prioritárias. Este estudo com a pílula se demonstrou exitoso em conter a fertilidade de corpos femininos e desde 1959 ela é comercializada como método anticoncepcional nos EUA, tendo, posteriormente, tido sua venda instituída no resto do mundo. Preciado (2018) ainda ressalta que outras empresas estadunidenses também desenvolveriam estudos, posteriores a este da Searle e também exitosos do ponto de vista biomédico, em outras localidades de Porto Rico, bem como no Haiti e México.

Diante do exposto, defendo a pílula como o exemplo paradigmático da indústria sexual contemporânea, por ter sido o primeiro produto sintetizado a partir de moléculas encontradas no corpo de qualquer ser humano (o estrogênio e a progesterona) com um claro intuito de permitir ao próprio sujeito regular sua própria vida sexual. Os limites de tal autonomia, entretanto, são questionáveis e o são devido à exaustivamente citada idealização da oposição entre natureza e cultura, que se outrora já fez algum sentido, hoje se demonstra cada vez mais como um apego ontológico a um discurso epistemologicamente insustentável, ainda que politicamente deveras estável.

Para levar a cabo tal argumento, faz-se necessário que se tenha bastante claro que a pílula enquanto um fármaco contraceptivo é um constituído por doses de estrogênio e progesterona, dois hormônios humanos mais frequentemente associados a corpos cisgênero femininos - e utilizados em doses distintas, a depender da farmacêutica - cujo uso contínuo pode acarretar em um sem fim de efeitos colaterais, facilmente constatáveis com uma rápida leitura da bula destes medicamentos, que reservam parcela significativa de sua extensão para descrever que pessoas que ingerem a pílula podem apresentar como sintomas comuns (o que significa, segundo a ANVISA, no Brasil, que acarretam entre 1 e 10% das pessoas usuárias) como inflamações na vagina, alterações de humor, libido e desenvolvimento de depressão, náuseas, vômito e dores abdominais, dor, sensibilidade e/ou aumento nas mamas, alteração do ciclo menstrual, edemas e alterações de peso. Outros sintomas, que acarretam menos de 1% das pessoas que usam a pílula também são possíveis e descritos nas bulas.

Sobre o tema, Paul B. Preciado (2018, p. 233), identificado ao nascer como mulher, mas na atualidade autodefinido como um dissidente do sistema sexo-gênero, usa sua própria experiência para pensar o porquê da pílula:

Os ginecologistas que visitei nos últimos quinze anos [...] me propõem, com frequente espanto que eu use a Pílula como método contraceptivo. Eles elogiam suas virtudes para “regular o ciclo menstrual” e “aliviar as dores da menstruação”, sem mencionar seus efeitos colaterais, exceto pelos riscos cancerígenos de uso conjunto com o consumo de tabaco. Na realidade, isso é uma forma de administrar mulheres cis pela necessidade de dose farmacopornográfica de estrogênios e progesterona, de modo a transformá-la em um corpo heterossexual normatizado feminino, com um depressivo, mas estável temperamento e uma sexualidade passiva e frígida

Nesse sentido, os efeitos colaterais feminizantes da pílula passam a ser tratados como aspectos positivos em favor do uso do produto ao mesmo tempo em que reafirmam uma lógica binária de oposição entre os corpos masculinos e femininos. Tal argumento se torna ainda mais evidente quando pensamos que a utilização de testosterona, hormônio mais comum nos corpos ditos masculinos, foi - e é até hoje, segundo me contam alguns interlocutores que trabalham na área médica - desaconselhada como forma de terapia de reposição hormonal em mulheres, mesmo diante do fato de que todos os corpos, masculinos, femininos, ou não, cis ou trans, produzem o hormônio. A terapia com testosterona poderia, por exemplo, ser utilizada para aumentar a libido em mulheres que assim o desejem, o que parece algo interessantes, sobretudo considerando que a pílula tem a diminuição da libido como efeito colateral comum, mas, aparentemente, os outros possíveis efeitos da utilização do hormônio em mulheres - leia-se: a possibilidade de masculinização de seus corpos cis idealizados e produzidos pela indústria farmacêutica - são demasiado altos para a manutenção estabilidade da oposição binária entre corpos masculinos e femininos.

A sintetização artificial dos hormônios humanos, as intervenções cirúrgicas de redesignação sexual, bem como a diferenciação de sexo e gênero são três elementos que permitem um sem fim de possibilidades e que, definitivamente, implodem a própria noção de natureza. A humanidade é hoje, composta por uma parcela significativa (e que cresce em proporção geométrica) de ciborgues como aqueles descritos por Donna Haraway (1991), humanos que são tecnoculturalmente (re)produzidos. É nesse sentido que se torna potente também a noção de biodrag, cunhada por Preciado (2016, 2018) segundo quem, na era pós-moneísta, com as possibilidades de intervenções cirúrgicas de ordem estética e terapias de reposição hormonal, corpos cisgênero são tão artificialmente produzidos dentro da biomedicina quanto os corpos trans. Assim, se a teoria de Judith Butler (2003) revela o caráter performativo do gênero, e demonstra que qualquer pessoa pode performá-lo através de uma certa

teatralidade constituinte das identidades masculinas e femininas, a de Preciado vem num sentido complementar, demonstrando que mesmo a biologia de corpos cis masculinos e femininos (e daqueles que não se enquadram neste binarismo) podem ser (re)produzidas pela indústria farmacêutica.

Outrossim, se todos os corpos, bem como a diferença de gênero em si, são tecnoprodutos e considerando que, segundo Preciado (2017, p. 157) “compreender o sexo e o gênero como tecnologias permite remover a falsa contradição entre essencialismo e construtivismo” a questão chave para compreender os status desiguais de que pessoas cis e trans disfrutam na sociedade me parece residir no fato de que o corpo cis é aquele que passa por intervenções para retomar e/ou reclamar à sua condição “original” dentro do discurso biomédico binário enquanto o corpo trans é o que conscientemente opta por abandonar seu privilégio de corpo “natural”, e normal – ou ao menos normal na medida em que as anormalidades podem ser reformadas -, transitando para uma nova possibilidade de expressão corpórea. O corpo biodrag é o corpo que se refugia em sua pretensa naturalidade enquanto o trans escancara que a natureza é tudo aquilo que se pode produzir e que, se não o fazemos é por um apego à uma noção de natureza primitiva que já não existe mais. A violência do status privilegiado outorgado ao cisgênero passa, pois, diretamente por sua covardia em se revelar como um produto da indústria farmacopornográfica, bem como por seu apego a uma idealização do sistema de oposição entre masculino e feminino que é constantemente reafirmado pelo discurso biomédico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando afirmo que a diferença entre natureza e cultura era inóqua e obsoleta, não quero pressupor que natureza ou cultura não existam, mas sim defender que a contemporaneidade é a era em que a natureza só existe enquanto cultura. Neste sentido, na área da sexualidade, defendo que chamar algo de natural não pode se referir mais a algo pré-discursivo, mas sim a algo que, dentro dos sentidos culturais, foi tecnobiopoliticamente tornado natural. Se Foucault (2005) falou em estatização do biológico, aqui temos uma tecnoestatização. Assim, os corpos cis que se afirmam como normais e omitem seu caráter biodrag nada mais são do que corpos renaturalizados pelo discurso biomédico, uma vez que optaram por manter ou reafirmar os padrões do gênero que lhes foram atribuídos no nascimento. A fala de Paul Preciado (2017, p. 168. Grifo meu.), segundo quem “**o movimento mais sofisticado da tecnologia consiste em se apresentar exatamente como natureza**” define de forma exímia a natureza na era farmacopornográfica.

Isto posto, o que este trabalho pretende defender não é um retorno a uma natureza pré-discursiva idealizada, onde não haja tecnoprodutos que se vendam como naturais, mas, em diálogo com a proposta ciborgue de Donna Haraway (1991), o escancarar do espírito eminentemente discursivo daquilo que hoje nos é apresentado como natural. As possibilidades que as tecnologias de produção do sexo apresentam hoje apresentam, possuem a potência de implodir a ontologia metafísica em que se fundam os enunciados acerca da sexualidade na tradição hegemônica ocidental, e se não o fazem é porque ainda seguem subjugadas a um discurso biomédico que, em sua pretensa neutralidade, é uma fábrica de patologias e encaixes binários.

A consagrada, naturalizada e idealizada noção de que a humanidade se perpetua com base na reprodução heterossexual, entre homens xy, viris e altivos, com pênis e espermatozoides capazes de fecundar óvulos de mulheres xx, passivas, frágeis, belas e subservientes pertence a um regime de verdade absolutamente datado e que não se sustenta mais diante dos fatos; as cirurgias de redesignação sexual, que ao contrário do que intendera Money podem ser realizadas a qualquer idade, possibilitam que os sujeitos escolham a identidade que melhor lhes convém performar, enquanto produtos como o Viagra, a pílula, a camisinha, bem como a existência de dildos e outros acessórios, permitem que o ato sexual possua fins meramente recreativos. As tecnologias de inseminação artificial, por sua vez, possuem o potencial de eliminar a necessidade do sexo na (re)produção da espécie.

Se permanecemos apegados a regimes do gerenciamento da sexualidade que não podem prescindir da identidade cis, do comportamento heterossexual e da idealização do sexo reprodutivo para sua manutenção é porque os enunciados biomédicos e legais não se modificaram na mesma velocidade que o surgimento das tecnologias e isto não é, de forma alguma, uma coincidência; como explicitarei ao longo deste trabalho, as atuais tecnologias de (re)produção do sexo surgem em um contexto de passagem de uma sociedade disciplinar para uma de controle e jamais objetivaram abrir mão das possibilidades de ditar normas para os corpos, mas sim modificar sua esfera de ação, prescindindo das instituições e podendo operar em esferas micropolíticas.

Assim, linguisticamente falando, as assimetrias entre as possibilidades de (re)produção de sexo e as possibilidades apresentadas à sociedade pelos discursos hegemônicos, de fato co-ocidem na produção de todos os corpos sexuados, mas não de forma acidental. Neste sentido, o que se deve combater não são as tecnologias, objetivando um retorno a um suposto estado natural, mas sim as desigualdades de um regime de governo dos corpos que limita as possibilidades de viveres dissidentes. Em que pese a supracitada coexistência dentro de um capitalismo mundial integrado dos

três regimes hegemônicos da sexualidade ocidental, bem como de outros saberes-poder localizados que não devem ser ignorados, o “devir-ciborgue”, que permite com que o corpo sexuado se transforme em qualquer coisa, até mesmo naquilo que já se pensa que se é, parece-me, por ora, a melhor proposta ética de enfrentamento ao lado necropolítico da tecnobiopolítica sexual implantada pelo discurso biomédico ocidental, o qual, para gerenciar corpos livres, impõe normativas e padrões arbitrários que tanto tentam suprimir a multiplicidade do desejo.

Desta feita, em última instância, o que aqui se propõe é que seja feito um exercício de descolonização dos enunciados que constituem o discurso biomédico, contrapondo-os com propostas que objetivem democratizar as possibilidades que as tecnologias de produção de sexo, hoje majoritariamente restritas à criação de corpos binários e subjugadas às possibilidades de legislações estatais que inviabilizam o não passar por homem ou mulher. Se a natureza não é um fato que existe em si, mas somente dentro de uma lógica cultural própria, desnudar as intenções escusas dos discursos que naturalizam o binarismo sexual - e que como bem aponta Paul B. Preciado (2018), por vezes são feitos mesmo dentro de alguns feminismos, por ele chamados de feminismos de estado - é tarefa inexorável de qualquer exercício de descolonização e desontologização dos discursos acerca da sexualidade no ocidente.

## REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la Mestiza: Towards a new consciousness. In: BHAVNANI, Kum-kum. (Org.) **Feminism and ‘Race’**. Nova Iorque: Oxford, 2001.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: A experiência vivida**. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1967.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CORTEZ; Marina; GAUDENZI, Paula; MAKSUD, Ivya. Gênero: Percursos e diálogos entre os estudos feministas e biomédicos nas décadas de 1950 a 1970. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, pp. 1-21, 2019. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/physis/a/p4dXbydkK3jShSKdxxpgpCm/?format=pdf&lang=pt> >. Acesso em: 10. Jun. 2019.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)**, São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: A vontade de saber.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Biopolítica.** Petrópolis: Vozes, 1987.

GARFINKEL, Harold. **Studies in Ethnomethodology.** Englewood Cliffs: Prentice-Hall Inc., 1967, pp. 116-165.

GUATTARI, Felix. **Revolução Molecular: Pulsações políticas do desejo.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

HALL, John Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, John Stuart. The West and the rest: discourse and power. *In:* HALL et al. (orgs.) **Modernity: Introduction to the modern societies.** Oxford: Blackwell, 1996. pp. 185- 227.

HARAWAY, Donna. Gênero para um dicionário marxista. **Cadernos Pagu.** v. 22, pp. 201-246, 2004.

HARAWAY, Donna. **Simians, Cyborgs and Women: The Reinvention of Nature.** Nova Iorque: Routledge, 1991.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. *In:* MICELI, Sérgio (org.) **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995).** São Paulo: Editora Sumaré, 1999, pp. 183-221.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: Corpo e gênero dos gregos a Freud.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco.** Petrópolis: Vozes, 1982.

PISCITELLI, Adriana. “Recriando a (categoria) mulher?” *In:* ALGRANTI, Leila (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero.** Campinas: IFCH-Unicamp, 2002.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Biopolítica del género: La invención del género, o el tecnocordero que devora a los lobos.** Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2016. Disponível em: <<http://capacitacioncontinua sociales.uba.ar/wp-content/uploads/sites/25/2016/10/PRECIADO-Biopolitica-del-genero.pdf>> Acesso em 20 ago. 2019.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Manifesto Contrassexual.** São Paulo: n-1 edições, 2014.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Testo Junkie.** São Paulo: n-1 edições, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of Worldsystems Research.** Special Issue: Festschrift for Immanuel Wallerstein. pp. 342- 386, 2000.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: Notas sobre a economia política do sexo.** Recife: SOS Corpo, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2008.

SCOTT, Joan. Gênero: Categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. v. 20, n. 2, pp. 71-99, 1995.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.